

**ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE RECONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA**

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às dez horas e vinte e dois minutos, via sala virtual por videoconferência – Microsoft Teams, teve início a 43ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação da Infraestrutura (CT-Infra), constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. Na parte da manhã foi realizada reunião interna, restrita aos membros da CT, atingidos e assessorias técnicas. Na parte da tarde, após apresentação dos membros e participantes, o Sr. Pedro Calixto Alves de Lima, coordenador interino da CT-Infra, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da pauta da reunião aberta, conforme descritos a seguir.

**1) Informes Gerais**

**a) Participantes da 43ª Reunião Ordinária**

Pedro Calixto (SEINFRA), Alexandra Jeronimo (Renova), Alejandra Devecchi (Ramboll/MPF), André Santiago (DER), Antônio de Pádua (Renova), Ana Carolina Queiroz (Prefeitura de Mariana), Claryssa Christina Figueiredo de Almeida (Sedese), Claudia Fontes (Renova), Cleber de Souza (Sedese), Danielle Passos (Aedas), Douglas Pereira (Sedese), Flávio Azambuja (Renova), Flávio Gazoni (Renova), Giselle Maria (Renova), Guilherme Pimenta (Renova), Helen Araújo (SEMAD), José Maurício (Comissão dos atingidos - Rio doce), Júlia Lambert Gomes Ferraz (FGV/MPF), Laura Alves de Oliveira (FGV/MPF), Letícia Gomes (Flacso), Maria Alice (Renova), Mariana Welter (Renova), Maria Starling (EY), Marina Lima (Rosa Fortini), Miriam Santos (Flacso), Naatan Gasa Paschoalini Lagoa (FGV/MPF), Patrick Lima (Prefeitura de Barra Longa), Paulo Roberto Manso (Renova), Pedro Ivo (Renova), Renan de Brito Lopes (FGV/MPF), Sérgio Ferreira (Renova), Úrsula Mares Vasconcelos (Renova), Talita Melo (Aedas), Thaíse Coelho (Ramboll/MPF), Vaneide Carvalho (SEINFRA), Verônica Viana (Aedas) e Viviane Gomide (SEINFRA).

**b) Aprovação das atas das reuniões ordinárias de nº 39, 41 e 42**

<b>Discussão</b>	Após consulta aos membros, as atas de nº 39 e nº 41, foram aprovadas sem objeções. A ata de nº 42 ficará para aprovação na próxima reunião, devido à divergência em um trecho da minuta de ata. A coordenação da CT sugeriu a transcrição literal do áudio garantindo a imparcialidade. Ficou acordado entre as partes (Aedas, Renova e secretariado) uma reunião posterior para o alinhamento da revisão do conteúdo da ata.
------------------	---

**2) PG10 – Recuperação das comunidades e infraestruturas impactadas**

**a) Fundação Renova: Apresentar os itens que estão em judicialização que compete a cada programa (moradias/quintais/restauro)**

<b>Discussão</b>	O Sr. Pedro Ivo e a Sra. Mariana Welter, representantes da Fundação Renova, resgataram historicamente a questão da judicialização, que transcorre na 12ª Vara Federal em Mariana/MG, justificando a mudança na dinâmica dos trabalhos no âmbito das Câmaras Técnicas. A Sra. Mariana Welter informou que o fluxo será diferenciado no trato das questões técnicas que estão judicializadas. Ressaltou que trará um update das entregas que estão sendo realizadas e que tenham convergência com os assuntos tratados pela CT-Infra. O Sr. Pedro Ivo apresentou a definição dos eixos prioritários e os itens de sua composição, assim como as ações propostas e os prazos definidos para os itens dos eixos prioritários de nº 3, 4, 5 e 8 da ação civil pública - ACP. A Sra. Alejandra Devecchi, representante da Ramboll/MPF, questionou a falta de reporte do plano de intervenções com a listagem de obras relativas ao PG10, que não foram judicializados. O Sr. Pedro Ivo mencionou que a Renova internamente está avaliando todos os itens (judicializados e não judicializados) e informou que o envio das informações retomarão a normalmente em breve. A Sra. Alejandra Devecchi ressaltou a existência de famílias que estão com obras planejadas de intervenções nas casas e as obras se encontram paralisadas. Reforçou a necessidade de sequência do rito normal dos itens não judicializados. O Sr. Pedro Ivo informou que todas as listas foram homologadas via juízo e deve-se avaliar se estas intervenções estão no Eixo 4 e sugeriu que devem
------------------	--

<p><b>Discussão</b></p>	<p>aguardar a homologação final da listagem. A Sra. Giselle Maria, representante da Fundação Renova, informou que as ações que não estão judicializadas têm suas atualizações reportadas nas Câmaras Técnicas. A Sra. Verônica Viana, representante da Aedas, mencionou o entendimento institucional da Fundação Renova, onde relata que não cabe mais ela a realização de apresentações para as Câmaras Técnicas do sistema CIF e sim em juízo. Ela relatou o fluxo existente antes da judicialização e o novo modelo que deve ser seguido. Ressaltou que é uma escolha institucional não repassar as informações para a CT, uma vez que a decisão judicial resguarda o papel do CIF em continuar se manifestando sobre os assuntos. Considerou que, se o CIF não tiver as informações, se este espaço não for de troca, análise e construção, o CIF fica prejudicado dentro da governança. Impactando no processo de celeridade e efetividade da ação judicial, com prejuízo ao processo reparatório. A Sra. Giselle Maria, informou que o CIF pode se manifestar tecnicamente perante o juízo. A Sra. Verônica Viana realizou a leitura de texto da sentença judicial que se refere ao papel do CIF. Reforçou que o fluxo e a forma não foram definidos na sentença judicial. Considerou que a construção do processo de governança é uma vitória, com a lógica de participação mais próxima do povo e construção técnica a partir da aliança conjunta é também uma grande vitória. Pontuou que, todos os instrumentos e movimentações que quebram o sistema de governança precisam ser discutidos e refletidos ostensivamente. Na sequência, relatou a situação em referente ao abastecimento de água no município de Barra Longa, mencionou as diversas buscas por reuniões para as tratativas, anteriores ao cenário de pandemia, indicou a predominância rural do município e o impacto desta situação na comunicação por meio de reuniões virtuais. Questionou a garantia de participação dos atingidos, tendo como proposta uma reunião virtual, visto a falta mínima de estrutura no território. Ressaltou que o processo de judicialização traz um retrocesso nos acordos e nas construções já organizadas e estabelecidas nos territórios. Em relação ao plano de trabalho apresentado pela AECOM, destacou as questões problemáticas, apontando a indicação de 18 pontos para melhorias. Elencou as inconsistências nas diversas listas e a necessidade de complementação dos dados. Declarou que, mediante os esforços da população no decorrer dos últimos anos, a complementação das informações relativas as listas, necessitam do apoio e debate coletivo no âmbito da Câmara Técnica. A Sra. Mariana Welter, pontuou que o fluxo apresentado relacionado à ACP, não se trata de uma posição institucional da Renova. Ela informou que os itens judicializados na ação civil pública, vêm de uma provocação do MPF e dos estados (Minas Gerais e Espírito Santo) quanto a insatisfação desses atores em relação a forma que alguns assuntos entendidos como prioritários, vinham sendo conduzidos dentro da governança do CIF. Por isso, se tornaram assuntos a serem tratados no âmbito judicial. Apontou que, a decisão da 12ª Vara é clara, ao definir que não faz sentido judicializar o assunto e continuar tratando-o no mesmo fluxo anterior. Reforçou novamente, que não se trata de um posicionamento institucional da Renova e que a judicialização destes itens não foram provocados pela Renova. Ressaltou que o novo fluxo não exclui o sistema CIF, trazendo uma abordagem diferente da anterior, existindo uma deliberação que expressa esta nova dinâmica. O CIF continua tendo a função técnico opinativa em relação as entregas da Renova no âmbito da ACP, através de relatórios técnicos avaliando a documentação entregue pela Renova para o cumprimento das obrigações relacionadas aos eixos prioritários. Ela resgatou historicamente as ações adotadas em relação à Gesteira e a pendência relacionada ao abastecimento de água. Mencionou que a proposta de reunião virtual, mesmo sabendo da limitação da comunidade por ser predominantemente rural, ofereceu uma estrutura capaz de suprir esta demanda e não foi bem recebido. Em face da mudança no cenário global, mediante a pandemia, a busca por formas alternativas para efetivação das entregas é necessária, assim como a manutenção do processo participativo e a viabilização dos recursos para que ocorram estas demandas. O Sr. Pedro Calixto ressaltou as questões alternativas que permeiam a nova dinâmica de trabalho, neste momento de crise decorrente da doença Covid-19 para garantir a segurança de todos os participantes no processo reparatório.</p>
-------------------------	--

<p><b>b) Fundação Renova: Planejamento das obras devido a Covid-19</b></p>	
<p><b>Discussão</b></p>	<p>O Sr. Paulo Manso, representante da Fundação Renova, relatou que não houve alterações no status do cronograma apresentado anteriormente, e que após a liberação da retomada das atividades, o cronograma será replanejado e apresentado na CT-Infra. O Sr. Pedro Calixto, coordenador,</p>

<b>Discussão</b>	<p>questionou a permanência do cronograma apresentado anteriormente, uma vez que na ocasião não havia o cenário de crise pandêmica e mencionou a liberação por parte do governo do estado, para as atividades consideradas como serviços essenciais. O Sr. Paulo Manso informou que todas as atividades estão paralisadas e sem previsão de retomada nos municípios, o que impacta na reprogramação das atividades no cronograma. O Sr. Pedro Calixto frisou o contexto favorável para a execução das obras públicas e a necessidade de ajustamento do cronograma. O Sr. Flávio Azambuja, representante da Fundação Renova, informou que entende as medidas tomadas pelo governo, mas que para as obras da Renova quem define o conjunto de medidas é o poder público local – os municípios. Relatou que a equipe do setor institucional da Renova mantém o contato com as prefeituras e que na medida do possível, algumas obras tiveram autorização para a retomada. Mencionou que no município de Mariana as obras foram liberadas e no município de Barra Longa não foi obtido o posicionamento definitivo da prefeitura. Ele apontou as dificuldades encontradas neste momento com as medidas de restrições, causando diversas alterações que trazem grandes impactos no cronograma. O Sr. Patrick Lima, representante da Prefeitura de Barra Longa, informou que não existe discussão com a Renova para a retomada das obras no município. O Sr. Guilherme Pimenta, representante da Fundação Renova, entrará em contato com os representantes do município para discutirem a respeito das obras em Barra Longa. A Sra. Danielle Passos, representante da Aedas, questionou quais as ações que serão tomadas pela Renova, para os casos em que as pessoas estão em situação de vulnerabilidade grave e demandam de reparos imediatos. O Sr. Flávio Azambuja informou que todos os casos apresentados anteriormente foram acolhidos, solicitou que os novos casos sejam nominados possibilitando a sua verificação. Ressaltou que sendo casos novos, o poder público tem que se manifestar sobre a situação do cumprimento das interdições e avaliação da existência de política pública que possa suportar. O Sr. Pedro Calixto solicitou que identificados os casos que demandam das tratativas emergenciais, a coordenação se disponibiliza em apoiar em todo o processo, se necessário.</p>
<b>Encaminhamento</b>	<p>Agendar reunião entre a prefeitura de Barra Longa (secretário de obras, gabinete e secretaria de saúde) e a Fundação Renova para alinhamento referente a possibilidade da retomada de obras no município. <b>Responsável:</b> Fundação Renova/Pref. Barra Longa. Prazo: <b>07/05/2020</b>.</p>

**c) Fundação Renova: Retorno Ofício SEINFRA/CT-INFRA nº 5/2020**

<b>Discussão</b>	<p>O Sr. Paulo Manso apresentou o mapeamento de acessos (não pavimentados e pavimentados) e as intervenções realizadas nas principais vias utilizadas pela Renova. Informou que continuará com o processo de reparação com as intervenções, sempre que necessário, garantindo a segurança e trafegabilidade. A Sra. Claudia Fontes, representante da Fundação Renova, solicitou dilação no prazo para responder o ofício relativo as manutenções nos trechos da MG-129, visto que a questão está em tratativa entre a Renova e Samarco. O Sr. Patrick Lima informou os pontos sem intervenções em Barra Longa, que haviam sido indicados para as manutenções e que estavam previstos no contrato ainda em vigência na época, mencionou que o próprio município tem feitos as manutenções devido a falta de condição de uso das vias. Solicitou celeridade no processo de contratação das empresas que executam as manutenções, visto que o tráfego dos caminhões utilizados pela Renova é intenso. A Sra. Ana Carolina, representante do município de Mariana, informou que, para o município, ficou acordado que as manutenções das vias serão executadas pelo contrato vigente da prefeitura e a reposição dos valores e materiais gastos serão realizados futuramente pela Renova. O Sr. Paulo Manso ressaltou que esta questão foi proposta na última reunião e relatou a ocorrência da mesma situação no passado, onde as intervenções foram realizadas pelo município por falta de contrato com a reposição dos gastos posteriormente. O Sr. Flavio Azambuja informou que na proposta exclui-se os trechos relativos à rodovia MG-129, pois estão em tratativas entre as instituições (Vale, Samarco e Renova) em função do impacto do tráfego mineral ser maior. Considerou o prejuízo as outras áreas que necessitam de manutenções, caso seja utilizado o orçamento para as intervenções do trecho na MG-129. A Sra. Thaise Coelho, representante da Ramboll/MPF, relatou que ao avaliar os rotogramas de julho de 2019 até fevereiro de 2020, foi evidenciado a existência dos trechos da MG-129 indicados em todos os rotogramas. Portanto, não entende o questionamento da Fundação Renova relativo ao cumprimento da deliberação que aponta as manutenções nestes trechos. O Sr. Flávio Azambuja apontou a existência</p>
------------------	--

<b>Discussão</b>	de divisão de responsabilidades decorrente da utilização dos trechos pelo complexo minerador de Mariana e que a manutenção do trecho da forma necessária consumiria todos os recursos previstos para o ano corrente de 2020. A Sra. Thaise Coelho reforçou que a deliberação considera as vias de acessos utilizados pela Renova e suas terceirizadas. A Sra. Ana Carolina solicitou a continuação deste debate na próxima reunião com a presença dos representantes da Secretaria de Obras de Mariana. Ela pontuou que a organização do orçamento não deve ser avaliada dessa maneira, visto que existe a obrigação de executar as obras nos trechos e não estão sendo realizadas.
<b>Encaminhamento</b>	Apresentar resposta ao ofício de nº 5/2020 do dia 27/04/20, referente as manutenções dos trechos da MG-129. <b>Responsável:</b> Claudia Fontes/FR. <b>Prazo:</b> até dia 15/05/20.
<b>Encaminhamento</b>	Retomar a discussão sobre a manutenção das vias em Mariana com a equipe de obras da Prefeitura de Mariana. Responsável: Ana Carolina/CT-Infra Prazo: próxima reunião.
<b>d) Fundação Renova: Apresentar o planejamento referente a reforma da escola Padre José Epifânio no município de Barra Longa/ MG</b>	
<b>Discussão</b>	O Sr. Paulo Manso informou que o planejamento foi congelado e tem uma projeção de quatro meses para retomar as obras na escola. O Sr. Flávio Azambuja esclareceu que tem a previsão de 4 a 6 meses para a execução da obra na escola, a partir da liberação para a retomada das atividades. O Sr. Pedro Calixto solicitou que para as próximas reuniões, a Renova apresente um panorama através do planejamento baseado na retomada das atividades de acordo com o poder público local.
<b>Encaminhamento</b>	Apresentar o planejamento de cada programa com a projeção das atividades, considerando a retomada dos trabalhos após a liberação do poder público local em decorrência da Covid-19. <b>Responsável:</b> Fundação Renova. <b>Prazo:</b> Próxima reunião.
<b>e) Fundação Renova: Apresentar estudo (vistoria dos danos decorrentes do trânsito) sobre as trincas das casas em Monsenhor Horta e Santa Rita Durão</b>	
<b>Discussão</b>	Não houve apresentação do item de pauta.
<b>3) PG08 – Acompanhamento das atividades do Reassentamento – Bento, Paracatu e Gesteira</b>	
<b>a) Fundação Renova: Planejamento das obras devido a Covid-19</b>	
<b>Discussão</b>	O Sr. Flavio Gazoni, representante da Fundação Renova, informou que as obras foram paralisadas em função da Covid-19 e cumprimento do decreto do município de Mariana. Durante o período de paralisação, foram realizadas as manutenções no canteiro de obras e recebimento de materiais nas unidades de Bento, Paracatu e no reassentamento familiar. Ele relatou as alterações em relação ao planejamento, a ênfase nos estudos de engenharia buscando soluções, redução na mobilização do número de efetivos mediante as medidas definidas para a segurança e a necessidade de ampliação das instalações para o atendimento das medidas impostas. Ao final, pontuou todos os impactos desta situação na condução das obras e suas consequências na revisão do cronograma.
<b>b) Fundação Renova: Apresentar o custo consolidado até o momento referente à infraestrutura de Bento Rodrigues</b>	
<b>Discussão</b>	Não houve apresentação do item de pauta.

Finalmente, o Sr. Pedro Calixto Alves de Lima leu os encaminhamentos e agradeceu a presença de todos. **A 43ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação da Infraestrutura encerrou-se às dezesseis horas e vinte e nove minutos.**

**Planilha de encaminhamentos:**

Item	Referência	Ação	Prazo	Ação Interna ou Externa?	Responsável
1	PG10	Agendar reunião entre os representantes de Barra Longa (secretário de obras, gabinete e secretaria de saúde) e a Fundação Renova para alinhamento referente a possibilidade da retomada de obras no município.	Imediato	Externa	Fundação Renova
2	PG10	Apresentar resposta ao ofício de nº 5/2020 do dia 27/04/20, referente as manutenções dos trechos da MG-129.	15/05/20	Externa	Fundação Renova
3	PG10	Retomar a discussão sobre a manutenção das vias em Mariana com a equipe de obras da Prefeitura de Mariana.	Próxima reunião	Interna/Externa	CT-Infra/ Fund. Renova
4	PG10 PG08	Apresente o planejamento de cada programa com a projeção das atividades considerando a retomada dos trabalhos após a liberação do poder público local em decorrência da Covid-19.	Próxima reunião	Externa	Fundação Renova

**Ata aprovada por todos os presentes na 44ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura, no dia 24 de junho de 2020.**

**Pedro Calixto Alves de Lima**  
Coordenador Interino da CT-Infra